

Com. Brasil Economistas GAZETA MERCANTIL recebem lição de política

13 DEZ 1993

por Claudia de Souza
de São Paulo

No final de 1984, o Prêmio Nobel de Economia, Franco Modigliani, organizou no Massachusetts Institute of Technology (MIT) uma discussão sobre as idéias de Pérsio Arida e André Lara Resende a respeito da estabilização brasileira.

Larry Summers, hoje subsecretário do Tesouro norte-americano, ouviu com atenção as explicações do que acabou se tornando o Plano Cruzado. Achou a concepção perfeita do ponto de vista da teoria econômica, mas lembrou aos então jovens economistas que haviam se esquecido dos políticos.

A queda instantânea da inflação, argumentou, não seria suficiente para romper a disseminação do incentivo para gastar e do ganho político associado a ele. "Se é tão fácil acabar com a inflação, por que não fazê-la de novo?"

Na sexta-feira, em seu escritório do BNDES em São Paulo, o economista Pérsio Arida, presidente do banco, deixava claro que tinha aprendido essa lição. Ele se lembrou dos políticos. Sua proposta de estabilização da economia por meio de medidas fiscais e com o aceno de um indexador para balizar, cada um a seu tempo, os preços da economia, poderá ser aplicada se e somente quando houver equilíbrio nas contas públicas. Isto é, se houver apoio político.

Toda estabilização é um processo, muitas vezes frágil, que demanda tempo e um governo forte. Hoje, no Brasil, a voz do acionista controlador, o Tesouro, não



Pérsio Arida

prevalece sobre os vários grupos de interesse. O Estado, no Brasil hoje, é grande em tamanho mas fraco", afirma. Por isso, ele vê uma diferença essencial, própria de uma época de governo de transição, na proposta atual de estabilização da inflação brasileira. Ao contrário da experiência argentina de paridade fixa nominal com o dólar, por exemplo, que é irreversível, a eventual entrada em funcionamento do novo indexador, gradual e controlada, pode ser revertida, a abrangência a que tiver chegado podendo ser interrompida, tornando-se ele apenas mais um dos indexadores existentes.

(Continua na página 3)

• Nacional GAZETA MERCANTIL

POLÍTICA ECONÔMICA

Com. Brasil Economistas recebem lição de ...

por Claudia de Souza
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

É impossível, ele argumenta, desenhar um programa de estabilização ignorando a dimensão política. Os sacrifícios envolvidos na austeridade só serão feitos se de alguma forma se demonstra o caminho. Caso contrário não se romperia esse mecanismo perverso de incentivo ao gasto, pelo qual inflacionar acaba sendo bom para todos com exceção do ministro da Fazenda, em cuja figura fica centrado o prejuízo.

Os vários grupos interessados no gasto público abdicarão de seus interesses se vislumbram um ganho político à frente, que é sempre o ganho da estabilidade, na visão de Arida. "Todas as tentativas de corte puro e simples de gastos públicos sem sinalização do caminho da desinflação são equivocadas, tanto quanto são, na minha percepção de hoje, dada a nossa história, as tentativas de desinflar rapidamente sem estarem associadas a um processo de corte de gastos", diz.

Ele rejeita a hipótese de que essa sinalização de ganho político à frente possa estar sendo centrada num indexador abstrato para a maioria das pessoas e até mesmo inócuo se se pensar, por exemplo, naqueles segmentos da indústria ou da sociedade como um todo que já obtiveram sucesso em atrelar seus negócios e contratos a uma moeda estável, o dólar.

"O indexador é muito mais efetivo e real do que parece hoje. Nenhum trabalhador, por exemplo, tem noção do valor real que está ganhando. O indexador não oferece em si, é sempre a segunda etapa, eliminar a inflação. Mas ele oferece um padrão estável de valor. Os ganhos são muito concretos.

A insegurança individual a respeito do que se está ganhando ou perdendo e a ineficiência das empresas que a inflação alta mascara são gigantescas", diz.

"Eu não tenho a menor dúvida de que a sociedade vai aderir muito rapidamente assim que ele for di-

vulgar o porquê, ele remove a incerteza."

A discussão sobre quantas Unidades Reais de Valor (URV) serão negociadas entre trabalhador e empregador ou entre indústria e comércio seria tratada fora da esfera do Estado. "A opção pelo mercado é uma parte muito poderosa do plano", comenta. A lei salarial, por exemplo, continuaria a existir. "Vamos reabrir apenas a possibilidade de recontratar pelo indexador. Não tem reposição de perdas, reajuste. Existe uma questão de resolução de conflito distributivo forte que se faz via negociação."

Ele argumenta que já houve várias tentativas na sociedade nesse sentido, como cotar preços em Ufir ou fazer contratos em dólar, que não podem existir como norma. Para ele, existe um desejo imediato de uma unidade referencial de valor.

Ele argumenta que o indexador cria, por si só, uma agenda de política econômica, já que as conversões de contratos em URV serão permitidas de modo ordenado.

O governo dá o padrão nos seus preços e faculta a negociação, o que cria outra agenda, privada, não arbitrada pelo governo.

Ele não tem dúvidas quanto à adesão à nova unidade de conta.

"A credibilidade do indexador virá do fato de ser atrelado à receita fiscal e à variação do dólar comercial. Afasta-se qualquer possibilidade de ser subestimada ou superestimada, o que iria contra o próprio governo.

Se a URV ficar abaixo da inflação corrente, o resultado será perda de receita e conseqüente déficit; se ficar acima, tem-se uma desvalorização cambial com um efeito inflacionário imediato. Com a dupla amarração, sinaliza-se aos agentes que aquele índice é alto confiável."

Arida também alerta para a maior volatilidade da inflação numa circunstância em que os preços e salários, além dos outros contratos na economia, estarão sendo diariamente cotados num indexador balizado pela inflação corrente, e não a passada.